

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



ATA

15.ª Reunião da Assembleia de Delegados da Ordem dos Arquitectos (2020-2022)

5.março.2023

9h30m, Museu Hebraico de Ponta Delgada - Sinagoga Sahar Hassaiman, Açores

Aos cinco dias do mês de março de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia de Delegados da Ordem dos Arquitectos (AdD), mandato 2020-2023, para a sua 15.ª reunião (de carácter ordinário) e 5.ª descentralizada, em Ponta Delgada - Açores.

Participaram na reunião

- a) Presencialmente: Adriana Floret, Ana Nascimento Carlos Antunes, Célia Maia (em substituição de Carlos Veloso), Décio Ferreira, Fátima Matos, Francisco Domingos, Igor França, Ivo Oliveira, João Fagulha, João Belo Rodeia, José Martinez, José Luís Fernandes, Leonor Cintra Gomes, Luís Miguel Correia, Luís Oliveira, Luís Tristão, Manuel Ferreira, Manuel Rosa, Maria Manuel Oliveira, Marta Falcão, Nuno Freitas, Paulo Pardelha e Paulo Seródio;
- b) Por “zoom”, tendo apresentado justificação de acordo com o artigo 7.º do Regimento: Lia Ferreira e Patrícia Fernandes Rocha;
- c) Não estiveram presentes: Lino Paixão e Telmo Cruz (que justificaram as suas ausências, sem tempo útil para haver possibilidade de substituição).

Foram convidados e estiveram presentes: Nuno Costa, Presidente do Conselho Diretivo Regional (CDR) dos Açores, Márcia Mendonça e Mário Nunes, membros do CDR dos Açores; Carla Lima Vieira, Secretário do CDN e Eduarda Ferraz, assessora jurídica do CDN para apresentação e esclarecimentos sobre a proposta de Regulamento Eleitoral, bem como Jorge da Costa, delegado eleito pela SRN até final de 2020.

Estiveram, ainda, presentes o assessor jurídico da AdD, Bernardo Pinheiro e a responsável pelo secretariado administrativo da reunião Fátima Marques.

Ordem de trabalhos:

1. Boas vindas pelo Presidente do Conselho Diretivo da Secção Regional dos Açores, Arqº. Nuno Costa;
2. Período de Informações - apresentação à Assembleia de assuntos do seu interesse;
3. Aprovação das atas das 13.ª e 14.ª reuniões da AdD, realizadas em 17 Dez 2022 e 28 Jan 2023;
4. Apreciação e votação da proposta de clarificação do Regimento da Assembleia de Delegados;
5. Reflexão sobre as atividades e conclusões do Congresso dos Açores;
6. Outros assuntos.

A Presidente da Mesa da Assembleia de Delegados (AdD), Maria Manuel Oliveira, constatando haver quórum, deu início à reunião, pelas 10 horas e 20 minutos (hora local), agradecendo a presença de todos e solicitando autorização para a gravação da reunião.

Seguidamente agradeceu a calorosa receção a esta 5.ª reunião descentralizada, proporcionada pelo Conselho Diretivo Regional dos Açores e pelo seu Presidente, Nuno Costa, num espaço tão singular como é o Museu Hebraico de Ponta Delgada - Sinagoga Sahar Hassaiman.

Salientou o privilégio de, no final do Congresso a AdD poder contar com a disponibilidade do Presidente do CDR-Açores, Nuno Costa, assim como de mais colegas do Conselho Diretivo Regional igualmente presentes – a quem felicitou pelo sucesso do Congresso nos Açores -, para nos receber e abrir a reunião. Agradeceu, ainda, a detalhada visita guiada ao Museu Hebraico e Sinagoga Sahar Hassaiman proporcionada pelo seu Diretor, Dr. José de Mello, após o que passou a palavra ao Arq.º Nuno Costa.

Ponto 1. Boas vindas pelo Presidente do Conselho Diretivo da Secção Regional dos Açores, Arq.º Nuno Costa

Nuno Costa saudou a AdD, desejou as boas vindas a Ponta Delegada e declarou uma honra ter o Congresso da OA nos Açores e, em particular, também a presença da Assembleia de Delegados, esperando que fique na memória de todos este espaço de reunião, nomeadamente através da visita proporcionada pelo seu diretor, Dr. José de Mello, que permitiu que nos reuníssemos, excecionalmente, em lugar tão especial. Referiu ainda o programa para o qual tinham sido convidados todos os Delegados, que incluía uma visita guiada ao Palácio de Sant’Ana, residência de sua Excelência o Presidente Regional dos Açores, seguido de um almoço. Terminou, desejando um bom trabalho, uma boa estadia no arquipélago, e um regresso próximo às 9 ilhas do arquipélago.

Salva de palmas

Maria Manuel Oliveira agradeceu as palavras de Nuno Costa, mencionando que o Congresso nos Açores e a receção aqui oferecida, assim como a reunião na Sinagoga Sahar Hassaiman seriam, certamente, uma experiência inesquecível para todos os que nela participaram. De seguida, lembrou que era um dia também especial para a AdD, porque contava com a presença do Arqtº Jorge da Costa (Delegado que, por motivos de saúde, pediu a renúncia de mandato).

Jorge da Costa – Agradeceu quer o convite para estar presente nesta reunião, quer ao Arqtº Ivo Oliveira, que o substituiu. Referindo que não lhe tinha sido possível, quando teve de declinar a sua presença, despedir-se convenientemente da Assembleia, que o fazia agora, com um “Olá” a todos.

Salva de palmas

Maria Manuel Oliveira deu início à ordem de trabalho.

Ponto 2. Período de Informações - apresentação à Assembleia de assuntos do seu interesse

Maria Manuel Oliveira referiu não ter havido qualquer inscrição por parte dos Delegados para este ponto e que a Mesa tinha duas informações a dar:

1. Confirmou a realização da próxima reunião descentralizada no Algarve, no dia 27 de maio, solicitando a reserva dessa data.
2. Fez o ponto de situação sobre o tema Seguro de Saúde, informando que os trabalhos do GT, no qual participava Leonor Cintra Gomes, estavam a decorrer a bom ritmo, verificando-se ser necessária uma reunião extraordinária no mês de Março. Frisou que seria importante a participação de todos os Delegados na deliberação final sobre este assunto, especialmente tendo em conta o papel decisivo da AdD ao longo do processo.

(Lia Ferreira entrou, via zoom, na reunião)

Ponto 3. Aprovação das atas das 13ª e 14ª reuniões da AdD, realizadas em 17 Dez 2022 e 28 Jan 2023

Maria Manuel Oliveira referiu que, não tinha havido comentários nem pedidos de correção, com exceção para a ata 13.ª, em que Décio Ferreira questionava dois factos, passando a palavra a Leonor Cintra Gomes.

Leonor Cintra Gomes referiu que Décio Ferreira tinha apontado que na 1.ª votação da 13.ª reunião o número de votantes não condizia com as presenças. Explicou que embora na ata não estivesse registado, Manuel Ferreira tinha entrado na reunião após essa votação, pelo que a ata iria ser completada com essa indicação. Relativamente à sugestão de Décio, sobre a clarificação do Regimento, que se fizesse menção de que a sua intervenção no ponto 4 se referia ao Art.º 12.º, Leonor Cintra Gomes explicou que na discussão do Regimento os artigos tinham sido discutidos por ordem numérica, subentendendo-se nas diversas intervenções que artigo estava a ser comentado, parecendo-lhe desnecessária essa referência.

Décio Ferreira – concordou com estas explicações.

Maria Manuel Oliveira considerando estarem esclarecidos estes dois comentários, colocou à votação as duas atas, informando que a 13.ª irá ser completada com indicação do momento da entrada de um delegado.

Colocada a votação, a Ata da 13.ª reunião foi aprovada por unanimidade com os seguintes votos:

A favor - 26

Contra - 0

Abstenções - 0

Colocada a votação, a Ata da 14.ª reunião foi aprovada por unanimidade com os seguintes votos:

A favor - 26

Contra - 0

Abstenções - 0

(nestas duas votações estavam presentes na reunião 26 delegados)

Ponto 4. Apreciação e votação da proposta de clarificação do Regimento da Assembleia de Delegados

Maria Manuel Oliveira iniciou este ponto da OT salientando a coincidência do processo de revisão do Regimento ter sido iniciado com Jorge da Costa e de contarmos com a sua presença no remate do assunto. De seguida passou a palavra a Leonor Cintra Gomes, que acompanhou este assunto juntamente com o Dr. Bernardo Pinheiro.

Leonor Cintra Gomes lembrou que em reunião anterior tinham sido acordadas as redações dos artigos 5.º e 7.º, tendo ficado pendente a clarificação do artigo 12.º, cuja nova redação tinha sido enviada com a convocatória (anexa a esta ata). Salientou as diferenças, decorrentes das sugestões da reunião anterior, lendo os respetivos artigos. Concluiu dizendo que, com a presente redação do artigo 12.º, a versão final do Regimento estava em condições de ser colocada a votação.

Maria Manuel Oliveira abriu a discussão, considerando que estas clarificações resultavam da experiência da AdD e resolviam uma série de questões, nomeadamente das substituições, e afinavam outras, sobre as atas e a salvaguarda de flexibilidade noutros artigos. Não existindo qualquer questão ou dúvida por parte dos presentes, colocou à votação a Clarificação do Regimento Interno da AdD, tendo sido aprovado por maioria com os seguintes votos:

A favor - 25

Contra – 1 (Décio Ferreira que apresentará declaração de voto)

Abstenções - 0

(nesta votação estavam presentes na reunião 26 delegados)

Ponto 5. Reflexão sobre as atividades e conclusões do Congresso dos Açores

Maria Manuel Oliveira, dando a palavra aos delegados, explicou que a Mesa considerou interessante uma primeira reflexão relativa ao decurso do 16.º Congresso, que se desejava aberta e informal dado ainda não ter existido tempo de ponderação mais profunda sobre os trabalhos.

Manuel Vieira expressou a opinião que a participação dos congressistas tinha sido bastante passiva, considerando que deveria ter existido mesas ou sessões de trabalho simultâneas sobre temas específicos, onde fosse possível aos congressistas expressar as suas opiniões, ideias e preocupações de modo mais livre e direto.

Leonor Cintra Gomes referiu que ao ver o programa do Congresso supôs que seria impossível cumprir os horários previstos e que deveria haver sessões paralelas. Contudo, verificou-se o tempo foi bastante bem controlado e sem atrasos de maior. Referiu, ainda, que muitos membros da direção da SR-Norte participaram com intervenções e contribuíram com temas, e por isso queria saudar a SR-Norte por esta iniciativa e toda a sua participação.

Ivo Oliveira comentou que, numa rápida leitura do Congresso, primeiro queria saudar a organização, pois tendo sido o primeiro Congresso em modo híbrido, um modelo difícil de gerir, tinha corrido muito bem, tendo conseguido manter a temática presente e com visibilidade. Considerou que a publicação on-line de pequenos excertos e depoimentos tinha sido uma excelente ideia, para passar a mensagem. Mas observou que estes modelos híbridos produziam um certo esvaziamento da sala, que no futuro importaria ser valorizada, tornando-a compatível com o on-line, de modo a que os congressistas presentes pudessem levantar-se e intervir. Sugeriu, ainda, a realização de uma publicação com as recomendações completas. Saudou a Moção final única e terminou dando os parabéns a todos os que estiveram envolvidos no processo.

Manuel Rosa manifestou-se, dizendo que foi excelente o Congresso ter sido realizado nos Açores, considerando importantíssima esta descentralização, não só para os Arquitetos mas também para a própria Ordem, pois quando se centraliza tudo em Lisboa, ou num só lugar, a Ordem perde força, e que a ganha implantando-se em todas as regiões do país. Observando que os Arquitetos têm tido um papel fundamental nesse aspeto, considerou que o país só será sustentável se estiver ocupado como um todo. Mencionou que quem esteve no Congresso do Açores ficou excelentemente agradado pela forma como tinha sido recebido e como tinham decorrido os trabalhos, só lamentando que não tivesse sido dado a possibilidade ao Arq.º Nuno Costa de falar na cerimónia de encerramento. Concluiu, dando os parabéns a toda a organização, dos Açores e do CDN.

Paulo Pardelha iniciou a sua intervenção por saudar Jorge da Costa e salientar as recomendações feitas no Congresso, nomeadamente de Maria Manuel Oliveira, Leonor Cintra Gomes e Ivo Oliveira. Concordou com Manuel Rosa sobre a importância da descentralização da OA e a proximidade aos seus associados. Sublinhou que a AdD, com as reuniões descentralizadas nas várias regiões do país, tinha tido um papel muito importante nesse sentido e que deveríamos incentivar a continuidade deste modelo de reuniões descentralizadas da Assembleia do próximo mandato, sendo um crescimento para a Ordem que este Congresso também refletiu.

Luís Miguel Correia saudou a organização do Congresso e concordou com as intervenções. Sobre os modelos dos Congressos mencionou não ser a favor de sessões paralelas, defendendo que concentrados numa mesma sala todos ouvem e falam do mesmo tema. Referiu que teria sido mais interessante as perguntas serem feitas pessoalmente em vez de o ser por telemóvel. Considerou muito importante a vinda aos Açores, manifestando-se, igualmente, favorável à regionalização, através de reuniões nos vários territórios e com pessoas diferentes. Mencionou que a organização do Congresso foi incedível, salientando que seria importante continuar a refletir neste tema que nos uniu, bem como no futuro dos Arquitetos e no seu importante papel, levando para o terreno as recomendações e as preocupações aqui manifestadas. Mencionou ser também muito importante a relação com o ensino e com as universidades, que a Ordem deveria promover de forma ativa, uma vez que é aí que se forma a consciência da construção do território. Questionando como vencer estes problemas, como e com que medidas a Ordem pensa integrar estas Recomendações e este Tema pertinente na vida da Arquitetura, dos arquitetos e dos estudantes, terminou dando os parabéns a todos os intervenientes no Congresso.

Décio Ferreira concordou com a generalidade das intervenções anteriores e referiu ter já dado os parabéns à Organização. Considerou que houve uma grande falha, a de não terem dado a palavra no final do Congresso ao Presidente da SR-Açores e, ainda, que deverá ser dada atenção, em futuros Congressos, ao esclarecimento da questão da leitura *versus* apresentação das recomendações, pois as normas do Congresso diziam apresentação e não leitura das recomendações. Considerou igualmente que seria de evitar, de modo a manter a isenção das moções, a sua apresentação pelos membros da Mesa do Congresso, como tinha sido o caso da moção apresentada pelo Arq.º Gonçalo Byrne, subscrita também pela Arq.ª Carla Lima Vieira que estava nessa Mesa. A terceira chamada de atenção dirigiu-a à votação da Moção, considerando que esta não tinha funcionado e deveria ser revista, uma vez que algumas pessoas tinham votado duas vezes, outras tinham visto os seus votos anulados e que as votações não tinham sido anónimas.

João Belo Rodeia começou por referir que já tinha participado em inúmeros Congressos e que considerava que este tinha sido globalmente incedível. Comentou que sendo um “infoexcluído voluntário” teve alguns problemas na altura da votação, que foram rapidamente resolvidos, sugerindo a criação, em paralelo, de uma cabine de votação. Salientou que as recomendações tinham estado à altura e que se pudesse fazer uma comparação com outros Congressos, o balanço final deste tinha sido excelente e esperava que as próximas direções aproveitassem o modelo.

Adriana Floret considerou que faltou um ponto de situação sobre o que foi decidido no último Congresso, as suas Recomendações, e o que tinha sido realizado entretanto. Salientou que esse balanço seria indispensável para perceber o que era necessário ser feito, e como. Exemplificou, nomeadamente, com as tabelas de honorários, que tendo sido aprovadas ainda não foram postas em prática.

Leonor Cintra Gomes entendeu que as votações só não tinham corrido muito bem por falhas de alguns votantes, mas os cerca de 20 casos ocorridos tinham sido prontamente resolvidos. Sugeriu que em futuras situações deveria haver mais informação sobre o modo de votação. Para terminar, propôs que a Recomendação da Mesa da AdD, apresentada ao Congresso, ficasse anexa a esta ata, de modo a não se perder.

Maria Manuel Oliveira tomou da palavra para salientar três pontos: primeiro explicou que a Mesa apresentou a Recomendação ao Congresso, visto ter considerado que seria importante dar a conhecer publicamente o trabalho que realizou esta primeira AdD constituída por sete secções, e o seu investimento na afirmação da descentralização da Ordem. Comentando não ter existido o tempo necessário para a ter feito circular anteriormente pelos delegados, perguntou se a Assembleia se revia na Recomendação e referiu que, caso os delegados sentissem necessário introduzir alguma nota ou apreciação relevante, o poderiam sugerir.

Sob outro aspeto, esclareceu que esta AdD tinha estado muito focada na instalação das Secções e na descentralização da OA, mas que seria desejável que nos próximos mandatos a AdD pudesse ter um papel mais proativo e dedicar-se de forma mais sistemática e profunda a outros assuntos que afetam a vida da Ordem, nomeadamente legislativos, estatutários, etc. Nesse sentido, a Mesa julgou importante recomendar que um apoio técnico específico para a AdD, de modo a reforçar a sua capacidade de análise e melhorar a comunicação com os membros e com os restantes órgãos sociais, antecipando problemas e apresentando-os junto dos órgãos certos, assim densificando a atividade desta assembleia, tendo em conta o seu papel determinante na Ordem.

Por fim, realçou que as diferenças de ponto de vista presentes da AdD tinham, sem dúvida, alimentado e enriquecido os seus trabalhos. Destacando a forma cooperativa, urbana e amigável como tinham decorrido as reuniões, sublinhou o modo como as reuniões descentralizadas igualmente tinham contribuído nesse sentido, permitindo aproximações e entendimentos entre os delegados e com os arquitetos das secções regionais que de outra forma não seriam possíveis.

Fátima Matos referiu que considerou muito oportuna a Recomendação, sendo um modo de chegar aos membros, visto que a sua participação nas atividades da Ordem era muito difícil de conseguir, e que esta AdD tinha trazido alguma aderência, que considerava essencial. Mencionou ainda alguns comentários nas redes sociais sobre “não ser sustentável reunir nos Açores e que só vinham passear e gastar imenso dinheiro”, com os quais não concordava de todo, entendendo, muito pelo contrário, que deveríamos sair da redoma, o que esta AdD tinha feito. Assim, disse esperar que a próxima AdD “siga esta linha que adotamos e que tinha sido muito positiva”.

Luís Miguel Correia esclareceu que não tendo ainda sido possível que a AdD também reunisse na região Centro, ideia que tinha transmitido logo no início do mandato à direção da SR-Centro, esperava que a primeira reunião da próxima AdD se viesse a realizar na Secção Regional do Centro.

Maria Manuel Oliveira agradeceu as intervenções e perguntou se alguém se opunha a que o texto da Recomendação pudesse fazer parte desta Ata.

Décio Ferreira referiu ter algumas dúvidas sobre anexar a recomendação à ata, visto não ter sido do conhecimento prévio dos membros e não ter sido feita em nome de toda a Assembleia.

Carlos Antunes manifestou-se no sentido que seria importante, até para memória futura, que a Recomendação fosse anexada à ata.

Maria Manuel Oliveira, colocou novamente à consideração da assembleia a anexação à Ata da Recomendação da Mesa AdD ao Congresso.

Com a opinião desfavorável de Décio Ferreira, os restantes delegados entenderam que a Recomendação integrará a Ata da presente reunião.

Maria Manuel Oliveira, fechando este ponto, manifestou a sua opinião sobre o Congresso que considerou ter corrido extraordinariamente bem, mesmo considerando a ocorrência de alguns problemas técnicos que rapidamente foram ultrapassados. Salientou a qualidade das recomendações e também a forte participação da SR-Norte, sugerindo que este exemplo se viesse a replicar noutras ocasiões. Reconheceu que o modelo de perguntas colocadas por mail não se verifica como o mais interessante, acreditando que o cruzamento entre as vertentes presencial e online irá melhorar substancialmente com a experiência.

Informou também, enquanto membro da Comissão de Redação do Congresso, que a redação da Moção única apresentada no final do Congresso, síntese das 3 anteriores, resultou do reconhecimento das respetivas complementaridades pelos representantes de cada moção, e que, nesse sentido, tinham acordado em vertê-la numa só. Mencionou, ainda, que esse processo tinha corrido de forma simples, clara e colaborativa, sendo um sinal de grande maturidade em prol do interesse coletivo. E para finalizar não quis deixar de salientar que foi também notável a forma como terminou o congresso, com a presença massiva dos congressistas no jantar e na enorme festa que se seguiu.

Ponto 6. Outros Assuntos

Regulamento Eleitoral

Deu entrada na reunião Carla Lima Vieira e Eduarda Ferraz, Secretário e Jurista do CDN, respetivamente, para apresentarem o tema.

Maria Manuel Oliveira agradeceu a presença de ambas e passou a palavra à Secretário do CDN.

Carla Lima Vieira cumprimentou todos e contextualizou o projeto de alteração ao Regulamento Eleitoral em vigor. Os seus objetivos, relacionados com uma melhor fluidez do próximo ato eleitoral, conduziram à proposta de alterações pontuais, no sentido de resolver alguns problemas existentes.

Tendo a anterior votação ocorrido pela primeira vez com as 7 SR, verificaram-se questões de natureza prática que precisam ser revistas e colmatadas. Explicou que alguns dos funcionários da Ordem, que já acompanharam diversos atos eleitorais, transmitiram que surgiam sempre determinado tipo de questões que necessitavam de ser respondidas. Assim, baseados nessa memória e com o apoio da Dr.^a Eduarda Ferraz, jurista que começou a trabalhar na OA-CDN em Abril passado, foi decidido analisar o regulamento e clarificar essas questões recorrentes. Mencionou que tinham sido ponderadas duas opções: uma, seria fazer tábua rasa do regulamento anterior e redigir um novo; a outra, adaptar o regulamento existente, melhorando-o e simplificando-o. Tendo em conta, nomeadamente, que se encontrava prevista para breve, por decisão do Governo, uma revisão dos estatutos das Ordens Profissionais, e que essas mudanças obrigarão a alterar os regulamentos próprios, a opção tinha recaído na sua revisão. Tinham sido solicitados contributos das Secções e considerados os julgados pertinentes, designadamente um contributo da SR Algarve. Informou, ainda, que o Projeto de Regulamento que vinha apresentar a esta Assembleia para ser votado, tinha sido aprovado por unanimidade em plenário do CDN.

Apoiada na apresentação de um *powerpoint*, (anexo a esta Ata) salientou e explicou cada uma das principais alterações, destinadas essencialmente a clarificar: a morada do membro - para efeitos eleitorais será somente a do domicílio profissional; o número mínimo de subscritores das candidaturas aos órgãos regionais; a regulamentação da eleição dos vice-presidentes da Mesa da Assembleia Geral; uma maior organização e clarificação do regulamento tendente à sistematização da regulamentação. Por fim, justificou a dispensa do processo de consulta pública. Referiu, ainda, que dois dos presidentes das Mesas da Assembleias Regionais, serão votados para serem os 2 vice-presidente da Mesa da Assembleia Eleitoral.

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



Terminando, ressaltou que não sendo da sua competência informar a data das eleições, estas deveriam acontecer até ou durante o mês de julho. Seguidamente disponibilizou-se, assim como a Dr^a. Eduarda Ferraz, para esclarecer eventuais dúvidas da AdD.

A **Presidente** agradeceu a apresentação e abriu a discussão aos Delegados.

Fátima Matos questionou sobre a morada profissional, visto que aos subscritores, por exemplo, se solicita que seja a morada de residência, facto que se refletirá para efeitos de contagem de membros e afetação em termos de Orçamento.

Eduarda Ferraz informou que passará a ser assumida sempre a morada profissional, podendo haver duas moradas no processo, mas que a primeira indicada será considerada a morada profissional. E se, ao mudar a morada, mudar de Secção, a transferência será feita pelos serviços de secretaria, sem qualquer necessidade de informar os membros.

Fátima Matos – considerou que, deste modo, é possível alterar a Secção conforme se desejar ou der mais jeito. Deveria ser pensado, no futuro, de que modo a indicação e alteração da morada deverá ser feita de modo mais vinculativo e com maior responsabilidade.

Eduarda Ferraz esclareceu que a morada fiscal pode não ser a de residência, e que, no caso de uma ordem profissional, o mais correto é utilizar o domicílio profissional, sendo da responsabilidade de cada um declará-lo, sendo esse que será sempre assumido e considerado para fins eleitorais.

Carla Lima Vieira referiu que este problema de moradas tem acontecido sempre e que agora se procura clarificar. Assim, seja membro eleitor ou candidato, sê-lo-á de acordo com a morada profissional, sendo a sua veracidade da responsabilidade do próprio membro.

Bernardo Pinheiro esclareceu que em todas as ordens profissionais o relevante é o domicílio profissional, que estabelece a relação com a associação. Nesse sentido, o que importa neste caso é a morada profissional em relação à Ordem, sendo que o membro tem o dever de manter a morada atualizada.

José Luís Fernandes perguntou se as candidaturas serão apresentadas órgão a órgão, e qual será o estatuto da AdD, sendo um órgão nacional, será objeto de uma candidatura regional ou nacional.

Carla Lima Vieira informou que esta Assembleia sendo um órgão nacional, será eleita através de uma candidatura nacional.

José Luís Fernandes questionou ainda sobre os prazos para verificação, pois as listas abrangiam os vários órgãos e os prazos não seriam suficientes para tal.

Carla Lima Vieira informou que no mandato passado houve 2 momentos eleitorais, mas não existia obrigação de as listas se candidatarem a todas as SR. Informou que já houve candidaturas só aos Órgãos Nacionais e a 4 ou 5 Secções Regionais.

João Belo Rodeia lembrou que esta relação foi variando: algumas vezes houve em que tinham de se candidatar a todos os órgãos e noutras as candidaturas se podiam referir apenas a alguns, não à sua totalidade.

Carla Lima Vieira salientou que agora, assim como no mandato anterior, seria possível apresentar candidaturas só a alguns órgãos.

José Luís Fernandes mencionou que poderão aparecer muitas candidaturas a vários órgãos e que dois dias será pouco tempo para a sua verificação e apreciação.

Carla Lima Vieira informou que essa norma que se mantinha inalterada, uma vez que esse aspeto nunca se tinha mostrado problemático, sendo um procedimento administrativo simples.

José Luís Fernandes leu o artigo 5º do Regulamento 2016, referindo que parecia indicar que teria de se concorrer a todos os órgãos.

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



Carla Lima Vieira esclareceu que não era assim, não sendo necessariamente cumulativo, informando que não houve qualquer alteração a estes artigos.

Não havendo mais pedidos de intervenção ou pedidos de esclarecimento a **Presidente da AdD** agradeceu as explicações de Carla Lima Vieira e Eduarda Ferraz, que saíram da sala.

Maria Manuel Oliveira colocou à votação a **Proposta de Alteração ao Regulamento Eleitoral**, mencionando que esta proposta teve a aprovação por unanimidade no CDN.

Colocado à votação o Regulamento Eleitoral, este foi aprovado por maioria com os seguintes votos:

A favor - 20

Contra - 0

Abstenções - 6

(nesta votação estavam presentes na reunião 26 delegados)

Terminada a ordem de trabalhos, e não havendo mais assuntos a tratar, o teor da Ata resumida foi lida por Leonor Cintra Gomes, a qual foi aprovada por unanimidade pelos 26 delegados presentes e subscrita pela Presidente da Mesa.

Maria Manuel Oliveira agradeceu a participação de todos, informou sobre o programa que se seguiria, com a visita ao Palácio de Sant'Ana, e deu por encerrada sessão às 12 horas e 30 minutos.

Dela foi lavrada a presente ata, que depois de aprovada em próxima Assembleia, será assinada pela Presidente e Vice-Presidente da Mesa da AdD.

Maria Manuel Oliveira,
Presidente da Mesa da Assembleia de Delegados

Leonor Cintra Gomes
Vice-Presidente da Mesa da Assembleia de Delegados

Anexos:

- Versão final e aprovada do Regimento Interno da AdD
- Recomendação da Mesa da AdD ao Congresso.
- Apresentação Regulamento Eleitoral – Carla L. Vieira
- dec. voto - Décio Ferreira (ponto 4.OT)